



CÓD: OP-052FV-24
7908403549573

RIBEIRÃO DAS NEVES-MG

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
MINAS GERAIS - MG**

Educador Infantil II

EDITAL Nº 02/2024

Português

1. Compreensão e interpretação de textos.	7
2. Gêneros e tipos de texto.	7
3. Significação das palavras.	8
4. Figuras de Sintaxe.	8
5. Figuras de Linguagem.	9
6. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual.	13
7. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras;	14
8. formação de palavras.	20
9. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais.	21
10. Concordância verbal e nominal.	21
11. Regência verbal e nominal.	23
12. Crase.	24
13. Colocação pronominal.	24
14. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.	25
15. Acentuação gráfica.	30
16. Ortografia.	30
17. Pontuação.	31
18. Variação linguística.	35

Raciocínio Lógico

1. Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.	45
2. Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Números decimais. Valor absoluto. Propriedades no conjunto dos números naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos. Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais.	69
3. Sequências (com números, com figuras, de palavras)	78
4. Análise combinatória e probabilidade	79
5. Problemas envolvendo raciocínio lógico.	85

Conhecimentos Gerais

1. Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Brasil e do Mundo ocorridos nos anos de 2019 a 2024 divulgados na mídia nacional e internacional. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, educação, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Notícias em geral da atualidade. Jornais: Jornal Estado de Minas, Folha de São Paulo, Brasil de Fato. Revistas: Carta Capital, Brasil de Fato, Exame, Isto É, Você S/A. Internet: Sites de revistas e de jornais citados anteriormente e de atualidades. Guias de Bairros e Localizações. Site e Instagram da Prefeitura de Ribeirão das Neves.	87
---	----

ÍNDICE

2. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município.....	87
3. Noções de cidadania.....	162
4. Símbolos nacionais, estaduais e municipais	163

Legislação

1. Planejamento de ensino: componentes básicos, importância, conteúdos: conceituais, procedimentais e atitudinais	173
2. Conhecimento da legislação federal, estadual e municipal de ensino: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	180
3. Diretrizes Curriculares.....	220
4. Lei Federal nº 9.394/1996, e atualizações	226
5. Lei Federal nº 10.639/2003	253
6. Lei Federal nº 11.645/2008.....	253
7. Lei Federal nº 14.533/2023.....	253
8. Legislação de Inclusão de Pessoa com Deficiência	256
9. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	293
10. Plano Nacional de Educação	293
11. Lei Federal nº 11.738/2008 - Piso Educacional, e atualizações; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).....	309
12. Lei Orgânica do Município de Ribeirão das Neves	310
13. Lei Municipal nº 39/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos da Área da Educação do Município de Ribeirão das Neves.....	340
14. Lei Municipal nº 3.697/2015 - Plano Municipal de Educação - PME de Ribeirão das Neves	362
15. Lei Municipal nº 4.378/2023 - Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Área da Educação, do Município de Ribeirão das Neves	363
16. REFERÊNCIAS DE APOIO: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, e atualizações. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	382
17. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	389
18. BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Resolução nº 7, de 26 de abril de 2012, e atualizações. Fixa a parcela da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, prevista no caput do art. 7º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007	389
19. BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação.....	390
20. BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Artigos 1º ao 33º.....	390
21. BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e atualizações. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal .	404
22. BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 10.929, de 7 de janeiro de 2022, e atualizações. Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	413
23. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e atualizações. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica	413
24. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015, e atualizações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	413

25. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e atualizações. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.....	413
26. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021, e atualizações. Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).....	427

Conhecimentos Específicos (Sem Referências de Apoio)

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394/1996, e atualizações)	433
2. Base Nacional Comum Curricular	433
3. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e atualizações.	433
4. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, e atualizações	433
5. Programa Escola em Tempo Integral (Lei Federal 14.640/2023)	433
6. Noções sobre Primeiros Socorros	435
7. Educação inclusiva	447
8. Jogos e brincadeiras infantis	455
9. Orientação à higiene e aos cuidados com a criança	466
10. Noções básicas de assepsia, desinfecção e esterilização do ambiente	471
11. Orientação para alimentação.....	472
12. Interação escola-família	480
13. Procedimentos para atendimento aos pais	484
14. Didática	496
15. Ludicidade	500
16. Aspectos disciplinares	500
17. Avaliação educacional	501
18. Uso das tecnologias digitais da informação e comunicação no meio escolar	509

de conhecimentos no campo específico e no campo pedagógico. No campo pedagógico, a Didática, que tem como objeto de estudo o ensino e aprendizagem, enquanto área da Pedagogia, articulada com outras disciplinas que se ocupam da educação como, Filosofia, Sociologia História, e Psicologia, dentre outras, contribuirá de forma significativa para a formação desse professor.

Professor: perfil e saberes docentes

Os filósofos gregos são considerados os primeiros professores do mundo. No Brasil, consideramos como primeiro professor o Padre José de Anchieta, que, após desembarcar no país, em de 1553, começou a ministrar aulas para os índios.

O professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros. No entanto, as transformações advindas do processo de globalização e do quadro educacional, bem como as atuais exigências socioculturais suscitaram mudanças no perfil docente, passando esse a ser um mediador de conhecimentos e gestor de aprendizagens, apresentando novas atitudes e comportamentos perante a sociedade e à sua prática docente.

Os professores, embora trabalhem em grupos, devem atingir os indivíduos que os compõem porque são os indivíduos que aprendem. A disposição do professor para conhecer seus alunos como indivíduos deve estar impregnada de sensibilidade e de discernimento a fim de evitar as generalizações excessivas e de afogar a percepção que ele tem dos indivíduos em um agregado indistinto e pouco fértil para a adaptação de suas ações.

Assim, na atualidade, necessitamos de um professor que, não formado nessa perspectiva, busque se construir como intelectual, pesquisador de sua própria prática e do conteúdo que desenvolve, o que reitera a necessidade da formação continuada e em serviço, porque, o professor precisa mobilizar um vasto cabedal de saberes e habilidades, porque sua ação é orientada por diferentes objetivos: emocionais, sociais, cognitivos, coletivos.

O exercício da profissão ganha mais qualidade se o professor conhece bem o funcionamento do sistema escolar (as políticas educacionais, as diretrizes legais, as relações entre a escola e a sociedade, etc.) e das escolas (sua organização interna, as formas de gestão, o currículo, os métodos de ensino, o relacionamento professor-aluno, a participação da comunidade, etc.) e aprende a estabelecer relações entre essas duas instâncias.

Em suma, o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia, e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos.

O exercício profissional do professor, no sentido de contribuir com o funcionamento da escola, compreende, ao menos, três atribuições: a docência, a atuação na organização e na gestão da escola, e a produção de conhecimento pedagógico.

A docência é uma profissão, sendo necessária uma formação própria, para cujo exercício não basta adquirir conteúdos específicos, mas que inclua conhecimentos específicos e pedagógicos, o que exige bem mais do que conhecimento de um conteúdo exclusivo. As atividades inerentes à docência envolvem relação professor/aluno, questões metodológicas, planejamento de aula, de curso, curricular, utilização de novas tecnologias no ensino, elaboração e implementação de instrumentos de avaliação, participação na elaboração do projeto pedagógico do curso, revisão curricular, articulação da disciplina com a totalidade do curso e com a realidade

social e profissional, participação em processos avaliativos internos e externos, para citar apenas algumas ações em que a dimensão pedagógica está diretamente presente.

Então quais são os saberes que servem de base ao ofício de professor, ou melhor, quais são os conhecimentos, as competências e as habilidades, do saber fazer que o professor precisa mobilizar diariamente, na sala de aula, na escola, isto é, o seu fazer pedagógico, a fim de desenvolver a sua prática docente?

Define-se o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, oriundos da:

a) formação profissional – conjunto de saberes, provenientes das ciências da educação – os saberes pedagógicos, transmitidos pelas instituições formadoras;

b) saberes disciplinares – saberes sociais de diversos campos do conhecimento definidos e selecionados pelas instituições universitárias;

c) saberes curriculares – correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos apresentados pelas instituições escolares, em forma de programas, que os professores devem aprender e aplicar;

d) saberes experienciais – chamados saberes experienciais práticos, brotam do trabalho cotidiano e no conhecimento do seu meio. São incorporados à experiência individual e coletiva transformando-se em hábitos e de habilidades, de saber-fazer e saber-ser.

Qual a fonte dos saberes dos professores e como são integrados ao cotidiano da prática docente?

Ainda que se faça referência sobre os saberes desenvolvidos por professores do ensino superior, suas ideias podem ser perfeitamente aplicadas no contexto da educação básica, pois têm como fonte:

a) saberes pessoais dos professores, que têm como fonte a família, o ambiente de vida, a educação no sentido lato e são integrados ao trabalho docente pela história de vida de cada um;

b) saberes provenientes da formação escolar anterior, que têm as escolas primária e secundária e os estudos pós-secundários não especializados como fonte, e são integrados ao trabalho pela formação e socialização pré-profissionais;

c) saberes provenientes da formação profissional para o magistério, que têm como fonte os estabelecimentos de formação de professores, os estágios, os cursos de reciclagem; saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho, que advêm da utilização das ferramentas dos professores, programas, livros, cadernos de exercícios, fichas, etc., que são adaptadas às tarefas cotidianas;

d) saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola, adquiridos e incorporados na prática do trabalho e pela socialização profissional.

O professor tem várias responsabilidades profissionais: conhecer bem a matéria, saber ensiná-la, ligar o ensino à realidade do aluno e a seu contexto social, ter uma prática de investigação sobre o seu próprio trabalho.

No tocante à organização da educação nacional, os docentes estão incumbidos das seguintes atribuições, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Art. 13. BRASIL, 1996):

Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

todo o processo de ensino / aprendizagem: ética, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo, orientação sexual e pluralidade cultural. Sejam ou não trabalhados como um eixo unificador, tal como sugerido acima, é importante ressaltar que:

1. Os Temas Transversais não constituem uma disciplina à parte.

Isso já foi colocado, mas convém salientá-lo. Como estamos acostumados a trabalhar em uma perspectiva disciplinar, a tendência muitas vezes será ter essa visão também para os Temas Transversais. Entretanto, o próprio destes temas é exatamente permear toda a prática educativa.

Usemos novamente um exemplo: se pensarmos que estamos estudando um bolo, e que cada fatia do bolo corresponde a uma disciplina, o tema transversal irá aparecer como um ingrediente totalmente diluído na massa, e não como uma fatia a mais.

2. Devem ser trabalhados de modo coordenado e não como um intruso nas aulas.

O risco de que um tema transversal apareça como um “intruso” é grande. Não sendo algo diretamente pertinente às disciplinas e principalmente não havendo o hábito do professor de ocupar-se dele, pode acontecer que seja visto não como um enfoque a ser colocado ao longo de toda a aprendizagem, mas como algo que aparece esporadicamente, interrompendo as demais atividades.

Seguindo no exemplo do bolo, o tema transversal não pode ser um caroço que se encontra repentinamente e no qual corremos o risco de quebrar um dente... No máximo, pode aparecer como uma uva passa ou uma fruta cristalizada, algo que percebemos ser diferente, mas que se harmoniza com o restante do bolo. Entretanto, quanto mais diluído ele estiver na massa, melhor.

Por exemplo, não faz sentido que um professor de História, ou de Biologia, de repente interrompa o seu assunto para dizer: agora vamos tratar de ética. Mas, sempre que estiver fazendo uma análise histórica, o professor terá a preocupação de abordar os aspectos éticos envolvidos; ao dar uma aula sobre problemas ambientais ou sobre biotecnologia, haverá também um enfoque ético.

3. Não aparecerão “espontaneamente”, com facilidade, principalmente no começo.

O modo e o momento em que serão tratados os temas transversais deve ser cuidadosamente programado em conjunto pelas diversas disciplinas. É preciso lembrar que cada um deles tem os seus próprios objetivos educacionais a serem atingidos, ou seja, não se trata apenas de tocar um determinado tema, mas também de verificar se será totalmente contemplado ao longo do programa de ensino, podendo-se prever o cumprimento dos objetivos.

4. “O que é de todos não é de ninguém.”

Temos essa experiência, infelizmente, com a maior parte das coisas que são “públicas”. Se não se definem encarregados para uma determinada função, porque todos deveriam preocupar-se com aquilo, é muito freqüente que na verdade aquela necessidade fique a descoberto. Por isso, convém salientar novamente que é necessário um estudo conjunto, por parte da escola, para definir como cada disciplina irá tratar os temas transversais e verificar se eles estão sendo suficientemente abordados.

Isso não exclui, naturalmente, certa flexibilidade com o planejamento. Temas que têm tamanha relação com a vida, com o cotidiano, certamente aparecem nos momentos mais inesperados e o professor deve estar preparado para não desperdiçar ocasiões que muitas vezes são preciosas.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A história da avaliação é longa e tem uma trajetória de mais de 100 anos de muitos estudos, mudanças e transformações, tudo para que haja uma melhor maneira de avaliar sem que os avaliados sejam prejudicados.

O primeiro passo da avaliação segundo Ristow (2008) se dá na década de 1920 e na década de 1930, e foi considerado, como um período de mensuração. Neste primeiro momento a avaliação baseava-se na quantidade e não na qualidade, era feita de forma a verificar apenas pontos de erros e acertos. Isso durou 10 anos, pois trouxe muitas dúvidas e inquietações de como realmente estava havendo a aprendizagem ou esse método era apenas uma “deco-reba” do conteúdo dado, que depois da avaliação era esquecido.

Então surge o segundo passo da avaliação, sendo que recorrendo a Ristow (2008), vai da década de 1940 a 1950, e é voltada para a verificação de objetivos e para isso acontecer era necessário uma investigação dos objetivos. Feito isso a avaliação poderia responder as dúvidas vistas anteriormente, para assim saber se existiram mudanças e crescimentos na aprendizagem, pois era descrito o que acontecia com o aluno. Neste período a avaliação foi vista como descritiva.

Houve, porém um grande problema, essa descrição não era totalmente suficiente para sanar as dúvidas e para saber se estava cumprindo o papel que era proposto. Existia quase tudo, o educando, a descrição e os objetivos, porém muitas vezes não havia explicações para várias respostas dadas pelos educandos e os professores não podiam julgar e talvez nem soubessem. Se o professor não soubesse julgar o método, com certeza o julgamento seria errado, e prejudicaria o aluno, pois como diz Werneck (2001, p. 68): “Chegou-se, no mundo à visão de que avaliar estava intimamente ligado ao ato de avaliar”.

Para os educadores o julgamento não poderia levar em conta os seus valores ou os da instituição que trabalhavam. Era necessário ter padrões e critérios definidos para julgar sem prejudicar o educando porque só assim haveria uma desmistificação da idéia de que quando se avalia o aluno, ele é prejudicado. Mas para que esse julgamento não fosse errôneo, houve a necessidade de alguns professores reavaliarem sua prática e mudar quando preciso. Ainda existem professores que consideram seu modo de avaliar, o melhor e que não falham jamais e é esse o tipo de profissional que fazem com que os professores adquiram “fama” de injustos, carrascos e incompetentes. Não basta apenas observar e descrever é necessário o julgamento, e para isso, o professor tem que ter uma visão mais humana e real dos alunos e da escola.

Neste momento, Ristow (2008), diz que a avaliação dá o terceiro passo, que vai da década de 1960 a década de 1980 e aqui eles trabalhavam o juízo do valor. Neste momento do juízo do valor, aparecem dois novos fatores que são: mérito e relevância. O mérito trata da qualificação, capacitação e merecimento a uma melhora em tudo que acontecia ao redor da avaliação. Já a relevância, que trata das modificações e transformações que acontece a partir do merecido.

Recuperação de nota ou de conhecimento

Quando o aluno for avaliado e o resultado não for satisfatório, deve-se reavaliá-lo, porém, antes de tomar essa decisão é necessário estar consciente de que essa avaliação é para recuperar o conhecimento e jamais a nota. Existe grande diferença entre essas duas ações.

Quando o educador avalia com data marcada, apenas para justificar aos pais e professores e provar que fez recuperação, este educador está preocupado não com o aluno e sim na recuperação da nota, ou seja, o professor avalia novamente apenas para satisfações externas e burocráticas. Ele está fugindo do seu verdadeiro papel de educador. Porém, se ele avalia para o crescimento do aluno e seu próprio crescimento de forma significativa, estará recuperando o conhecimento. Este não terá que dar satisfações a ninguém, pois o resultado aparecerá no aluno, no professor e no próprio cotidiano na sala de aula.

Por isso é importante lembrar o que diz Nunes (2000, p. 14), “É preciso modificar a avaliação na escola a nota somente, não expressa nada em relação ao aluno. Ela classifica, mas não tem um significado. As provas devem ser um momento de aprendizagem”.

Deve-se ter bem claro que nota não é conhecimento. Os alunos poderão obtê-las através de “decoreba” memorização, que na verdade é aprendizagem de curta duração. Eles devem saber que somente o número, a nota, sem o conhecimento não é nada, não terá utilidade nenhuma à vida. Cabe ao professor mostrar aos educandos, que eles necessitam é adquirir conhecimento, pois só assim o processo de aprendizagem vai acontecer.

Os alunos precisam aprender e desta forma enxergar a realidade e a verdadeira sociedade para conseguir inserir-se no contexto global.

O professor também tem uma tarefa que é redimensionar a sua prática, pois só assim conseguiremos a formação de pessoas críticas, não só alunos, mas professores que são capazes de conseguir distinguir a diferença entre recuperar o conhecimento e recuperar a nota.

Quando o professor entrega uma prova e dá explicações ou corrige apenas para fazer que está recuperando, sem dar significado para aquilo, seu trabalho torna-se desnecessário. Se quiser recuperar, deve pegar a prova e explicar as questões levantadas, corrigir para todos verem onde erraram, mas esses conceitos deverão ser cobrados novamente. Se isso não acontecer com certeza o aluno não vai querer ver o que errou ou querer apropriar-se do que não aprendeu.

Se o docente quer recuperar o conhecimento, que faça com qualidade e competência, para poder lançar o educando em um processo de aprendizagem contínua, onde a nota não seja para medir, e sim para qualificar.

Outro ponto importante quando se fala em recuperação é saber quem deve ser recuperado. Muitos educadores recuperam ou tentam recuperar aquele aluno que tem nota abaixo da média, porém, deve-se recuperar quem não alcançou o cem por cento, pois se o aluno tem sete, ainda estaria faltando trinta por cento de sua aprendizagem. Talvez essa maneira de recuperar apenas quem precisa muito, esteja fazendo a educação ter tantas falhas e esteja contribuindo para professores e alunos se conformarem com metade do que tem direito, e não a totalidade.

Segundo Vasconcellos (1995, p. 86), “O compromisso do professor é com a aprendizagem de todos. Sendo um especialista no ensino, tem que saber lidar com os desafios da aprendizagem, pois

é um profissional da educação”. Quando todos lutarem pelo mesmo ideal dentro da educação é provável que contribuiremos para dar um novo rumo ao nosso País, no sentido de criar uma outra ordem social.

O erro construtivo e o castigo na escola

O erro na avaliação ou no dia-a-dia não deve ser levado pelos professores como uma ofensa pessoal, como se quem não aprendeu é porque não prestou atenção na matéria ou na explicação. Na verdade alguma coisa deve ter acontecido, uma vez que essa questão (avaliação e o erro) é muito complexa. Se o erro for bem trabalhado será muito importante e servirá como fonte de virtude. Luckesi (1994, p. 56), diz que tanto “o sucesso/insucesso? como o acerto/erro? podem ser utilizados como fonte de virtude em geral e como fonte de virtude? na aprendizagem”.

O erro e o insucesso em qualquer momento da vida de uma criança pode ser suporte para o crescimento e para o rendimento escolar. Isso não significa que o erro e o insucesso são indispensáveis para o crescimento e que a criança só vai aprender se errar, se não obter sucesso na aula ou na escola, ao contrário, é necessário deixar bem claro que a criança não precisa passar por erro e o insucesso, mais que se ela passar por essa etapa os educadores devem tornar esses erros os mais significativos benéficos.

É importante ressaltar que não se deve fazer do erro um caminho onde todos devem passar. O erro e o insucesso devem servir para levar o sujeito a crescer, para evoluir, sobretudo deve buscar este caminho como significado de sucesso. É necessário que o erro, principalmente na aprendizagem não seja fonte de castigo jamais. O erro deve ser visto e compreendido como consequência do acerto.

O castigo não é uma prática recente, ao contrário é muito antiga, onde os docentes castigavam fisicamente os seus alunos, nas mais variadas formas, fazendo os alunos se ajoelharem no feijão ou milho, batendo com régua e palmatória, entre outras. Atualmente quase não existe o castigo físico, mais isso não significa que a “era” dos castigos acabou, ao contrário, continua de forma sutil, uma vez que não deixam marcas no corpo, mas marcas profundas na alma.

Nos tempos atuais, os castigos se tornaram psicológicos e morais. As crianças são ridicularizadas, humilhadas pelos educadores, com frases, palavras e até pelas notas que muitas vezes os professores fazem questão de anunciar a todos em alto e bom som.

O professor cria em sala de aula um clima de tensão, medo e ansiedade. Faz perguntas a um e vai passando por todos os outros, na verdade quer achar na sala aquele que não aprendeu para expor o aluno e indiretamente avisar aos colegas que aprendam se não serão os próximos a ser ridicularizados. Ele pode não falar mais mostra isso ao aluno.

Com essa postura, além do professor culpar o aluno, o próprio aluno começa a se auto punir. Culpar-se por não saber isso ou aquilo, por erros que nem sabe se cometeu. Não há nada que mostre que o castigo físico, psicológico ou moral auxilie ou facilite a aprendizagem escolar ou o desenvolvimento em sala de aula, na verdade alguma coisa está acontecendo de forma errada. É chegada a hora de fazer algo de maneira justa, pois corrigir o erro não significa humilhar ou castigar o aluno. O educador deve verificar onde o aluno errou e reorientá-lo, não esquecendo de mostrar ao aluno a origem do seu erro, de seu insucesso.

Recorrendo a Luckesi (1997), deve-se esclarecer que o erro só existe, pois, já foi construído um padrão, idéias de como agir, pensar e falar, preceitos já estabelecidos por uma sociedade. Se

- VII - Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extra-escolar;
- XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; (LDB, 1996)

Este movimento nasceu por volta de 1960 sob a influência das idéias do movimento da Escola Nova que tinha como foco principal a aprendizagem do aluno como um ser social, que dizia não se importar com o resultado, mas com o processo e, principalmente a experiência. Havia a valorização do desenvolvimento criador e da iniciativa do aluno durante as atividades em classe, as estratégias de ensino não apontavam o certo ou errado na maneira de fazer de cada estudante. Ao professor, não cabe corrigir ou orientar os trabalhos nem mesmo utilizar outras produções culturais para influenciar a turma. A idéia é que o estudante exponha suas inspirações internas.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1992, assinado pelo Brasil, afirma que: “A Educação é direito de toda pessoa. Ela deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e capacitar todos a participar efetivamente de uma sociedade livre”.

No que diz respeito à LDB nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, no artigo 2º diz que:

A educação é um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Neste contexto, hoje a educação é uma obrigação do Estado e das famílias. A escola pública teve e tem de se adaptar para receber a parcela da população antes excluída e com padrões culturais diferentes daqueles aos quais ela estava acostumada.

Podemos constatar que a educação no Brasil discutida hoje, como um direito foi o resultado de muitas lutas anteriores, como já vimos, essas garantias são anos de lutas, isso significa o marco na trajetória democrática do Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a criança e adolescentes o direito à educação formal, como podemos ver em seu capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, artigo 53, diz que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

As crianças e os adolescentes têm, pois, garantido, no Brasil, o direito ao ensino, a educação. A constituição delega ao Estado o dever para com esses cidadãos, mais cabe a cada um reivindicar a efetivação desse direito, que nem sempre é efetivado de forma eficiente.

Portanto, como observamos os municípios tem o dever de priorizar a educação infantil e principalmente o ensino fundamental, para que haja uma melhor educação e, haja a aquisição e construção do conhecimento do aluno e o mesmo possa contribuir com a sociedade.

Modalidades e funções da avaliação escolar:

O ensino no Brasil que antecedeu o período republicano tinha como base a educação jesuítica em 1549, segundo Pinto (2002), os conteúdos tinham um papel de domesticação e adestramento, com visões bíblicas somente para ensinar a ler e a escrever. A metodologia utilizada era a tradicional, que tinha como princípio levar os alunos, a saber, dados e fatos na ponta da língua, o saber do professor deveria se manter neutro diante dos alunos e se ater a passar os conhecimentos sem discuti-los, usando para isso a exposição cronológica. Na hora de avaliar, provas orais e escritas eram inspiradas no livro de catequese, com perguntas objetivas e respostas diretas. Essa postura em sala de aula só seria questionada no início do século XX.

Novas fontes de aprendizagem como, visitas a museus e exposições, foram incorporadas com o objetivo de fazer o aluno pensar e não apenas decorar o conteúdo. Os conteúdos de Piaget (1896 - 1980) e de Vygotsky (1896 - 1934), contudo começaram a ser divulgadas, trazendo teorias que influenciaram mais e a idéia de que aprender é decorar, começou a mostrar sinais de fragilidade, como ressalta Luckesi (2005, p. 28):

Estando a atual prática da avaliação educacional escolar a serviço de um entendimento teórico conservador da sociedade e da educação, para propor o rompimento dos seus limites, que é o que procuramos fazer, temos de necessariamente situá-la num outro contexto pedagógico, ou seja, temos de, opostamente. Colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social.

Neste contexto, em qualquer nível de ensino em que ocorra, a avaliação não existe e não opera por si mesma, está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, ou seja, é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino. Numa época em que os modelos de avaliação contínua ganham forças nas escolas e nos livros de formação, avaliar o aluno conforme as teorias da avaliação é incentivá-lo rumo ao processo de ensino aprendizagem, neste sentido abordaremos as avaliações: diagnóstica, formativa e somativa, dentro de seus conceitos, como seus avanços e a arma do aluno e do professor avançar em todas as etapas e, contudo para garantir a eficácia e eficiência do processo avaliativo.

Avaliação Diagnóstica:

A avaliação diagnóstica é aquela que ao iniciar um curso ou um período letivo, dado a diversidade de saberes, o professor deve verificar o conhecimento prévio dos alunos com a finalidade de constatar os pré-requisitos necessários de conhecimentos ou habilidades imprescindíveis de que os educandos possuem para o preparo de novas aprendizagens.

O diagnóstico deverá ser feito diariamente durante as aulas com a retomada de objetivos não atingidos e a elaboração de diferentes estratégias de reforço (feedback), assim declara Sant’anna (2009, p. 33):

O diagnóstico se constitui por uma sondagem, projeção e retrospecção da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma

misso do educador, por um lado, e, por outro, a grande magia da tarefa. Pressupõe manter-se permanentemente atento a cada aluno, olhando para traz e o agora, ou seja, procurando captar-lhe as experiências vividas para poder cuidar mais de quem precisa mais.

É normal que se tenha essa situação como desafiadora para a escola e em especial ao professor. Como mediador ele pode recorrer ao serviço pedagógico para auxiliá-lo no que for possível (é bom lembrar que ele precisa usar estratégias durante a aula como forma de chamar atenção, ou mesmo de envolver o educando durante o processo). O serviço pedagógico é um recurso que ajuda o professor caso suas tentativas tenham se esgotado.

Sabemos que os diferentes graus de desenvolvimento dentro de uma turma não podem servir de desculpa para que só alguns alunos aprendam. Acompanhar estudante é prever intervenções personalizadas e atividades diferenciadas para que cada um ou todos possam avançar.

Segundo Luckesi (2005, p. 88 a 89) relata a respeito da avaliação escolar:

Para coletar os dados e proceder à medida da aprendizagem dos educandos, os professores, em sala de aula, utilizam-se de instrumentos que variam desde a simples e ingênua observação até os sofisticados testes, produzidos segundo normas e critérios técnicos de elaboração e padronização.

Essa operação com resultados da aprendizagem é o processo de medir, que muito ainda se vê em sala de aula, sabemos que se torna um ato necessário por conta da sistematização do ensino brasileiro que descreve no seu artigo 21, do capítulo V, do parágrafo 1 estabelece que; A unidade escolar deverá ainda, em seu regimento estabelecer o conceito percentual ou nota mínima para a promoção do aluno.

O que se alerta, de fato, é quanto à prática avaliativa de maneira ainda tradicional, que vem com a intenção exclusivamente de “verificar” ou “registrar” se o aluno aprendeu ou não aprendeu o que se pretendia. Luckesi (2005, p. 89), define está prática como ponto de partida:

Importa-nos ter clareza que, no momento real da operação com resultados da aprendizagem, o primeiro ato do professor tem sido, e necessita ser, a medida, porque é a partir dela, como ponto de partida, que se pode dar os passos seguintes da aferição da aprendizagem.

Esses registros do passo a passo, servem para o professor pensar sobre as escolhas didáticas e perceber onde estão os nós do próprio trabalho, tendo como base o diagnóstico sobre os pontos em que os alunos têm dificuldades e o que os faz avançar e pode-se pensar em modificações e intervenções necessárias.

O planejamento diário é essencial para uma boa avaliação, pois sem ele torna-se impossível fazê-lo. Não há avaliação sem planejamento e este deve ser anterior de toda ação e tão importante quanto o encadeamento da seqüência é observar a evolução da classe e atentar para as adaptações que podem ser necessárias no meio do processo. Todos os passos de uma seqüência didática devem ser complementares, e precisam propor um aumento gradual de dificuldade, quando Vasconcellos (2008, p. 68), debate este procedimentos usados por professores em sala de aula:

Alguns professores cobram “criatividade” na hora da avaliação, quando todo o trabalho em sala de aula está baseado na repetição, na reprodução, na passividade, na aplicação mecânica de passos que devem ser seguidos de acordo com modelos apresentados. Ora a criatividade é fundamental na formação do educando e do cidadão, mas ela precisa de uma base material: ensino significativo,

oportunidade e condições para participação e expressão das idéias e alternativas, compreensão crítica para o erro, pesquisa, diálogo. (VASCONCELLOS 2008, p. 68)

Nesta direção, ensinar e garantir que os conhecimentos façam um sentido amplo para todos os estudantes em sua vida e para além da sala de aula, ou seja, para que possam efetivamente, construir e promover uma educação de qualidade. Sabemos que, ninguém duvida que ensinar é o principal papel da escola, e o diálogo faz parte dessa conquista.¹²

USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO MEIO ESCOLAR

A mídia pode ser inserida em sala de aula através dos Recursos de Ensino. Estes segundo Gagné (1971, p. 247) “são componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno”. Estes componentes são, além do professor, todos os tipos de mídias que podem ser utilizadas em sala de aula, tais como, revistas, livros, mapas, fotografias, gravações, filmes etc.

A utilização de recursos de ensino diminui o nível de abstração dos alunos, pois eles vêem na prática o que estão aprendendo na escola, e podem relacionar a matéria aprendida com fatos reais do seu cotidiano. Desta forma é mais fácil eles absolverem os conteúdos escolares.

Dale (1966) criou uma classificação de recursos de ensino que é bastante utilizada. Ele nos trouxe o “cone de experiências”, que mostra que o ensino verbalizado, uso de palavras sem experiência, não deve mais ser usado pelo professor, pois os alunos aprendem mais quanto mais pratica experiências em torno do que está sendo ensinado.

Segundo Dale (1966), os objetivos do uso dos recursos de ensino são:

- motivar e despertar o interesse dos alunos;
- favorecer o desenvolvimento da capacidade de observação;
- aproximar o aluno da realidade;
- visualizar ou concretizar os conteúdos da aprendizagem;
- oferecer informações e dados;
- permitir a fixação da aprendizagem;
- ilustrar noções mais abstratas;
- desenvolver a experimentação concreta.

Para utilização dos recursos de ensino é preciso estar atento aos seus objetivos, eficácia e função em relação à matéria ensinada. Todos esses objetivos podem ser alcançados através de recursos de ensino, midiáticos, como, por exemplo, computador, internet, em que o aluno além de conhecer novas tecnologias, faz também interação com o mundo e novas informações. O aluno busca algo novo, algo atrativo, e a educação deve acompanhar essa busca. Mas não basta apenas usar a tecnologia, no ambiente de ensino/aprendizagem temos que rever o uso que fazemos de diferentes tecnologias enquanto estratégias, tendo clareza quanto à função do que estamos utilizando, não basta trocar o livro por um computador se na prática não promovemos a inclusão do aluno, no que se refere aos processos de aprendizagem.

O computador é conhecido como uma tecnologia da informação devido a sua grande capacidade na solução de problemas rela-

¹² Fonte: www.webartigos.com

- e em **outras soluções educacionais**, como a realidade aumentada, os ambientes virtuais de aprendizagem e as plataformas de vídeo.

Diversas práticas e iniciativas educacionais apenas tornaram-se realidade com o uso da TE. A seguir, vamos falar um pouco sobre as possibilidades do uso da Tecnologia Educacional e as diferentes formas de como ela vem transformando a educação.

Ensino híbrido

A prática de combinar o estudo *on* e *offline*, conhecido como ensino híbrido, é uma grande tendência possibilitada pela Tecnologia Educacional. Ela confere maior autonomia aos estudantes, para que trilhem seus próprios roteiros de estudo, desenvolvam projetos ou atividades de sistematização e de reforço. Também é uma prática que incentiva e facilita que o aluno desenvolva o hábito do estudo diário, fora do ambiente escolar.

Sala de aula invertida

Na sala de aula invertida, o aluno traz para a aula o conhecimento prévio sobre o tema que será estudado, adquirido a partir de textos, vídeos, jogos e outros formatos de conteúdo recomendados pelo professor – quase sempre no meio digital. A construção e significação deste conhecimento, no entanto, acontecem em conjunto, na sala de aula. Assim como o ensino híbrido, a proposta da sala de aula invertida tem como objetivo colocar o estudante no papel de protagonista de seu processo de aprendizagem e da sua própria evolução, engajando também os outros membros do seu núcleo familiar.

Gamificação

A gamificação, assunto muito comentado no meio educacional nos últimos anos, consiste em utilizar elementos de jogos digitais (como avatares, desafios, rankings, prêmios etc.) em contextos que diferem da sua proposta original – como na educação. A principal vantagem apontada pelos profissionais da educação no uso da gamificação é o aumento no interesse, na atenção e no engajamento dos alunos com o conteúdo e as práticas propostas.

Personalização do ensino

A geração de dados educacionais é extremamente beneficiada pelo uso da TE, pois simplifica a aferição do desempenho e dos resultados de avaliações objetivas. A partir desses dados, é possível criar modelos de ensino personalizados, que estejam em sintonia com o momento real de aprendizagem de cada estudante. Assim, o professor tem uma noção mais clara do panorama da turma e pode agir individualmente e de forma personalizada sobre os pontos potenciais e de maior dificuldade de cada estudante.

Microlearning

Tanto para as novas gerações quanto para as anteriores, a enorme quantidade de informações com as quais temos contato diariamente ocasionou uma transformação na forma como consumimos conteúdo. Para que a atenção não seja desviada de pronto, este conteúdo aparece em nosso dia a dia de forma muito mais fragmentada, em vídeos e mensagens breves. Daí surge a expressão *microlearning*, que consiste na fragmentação de conteúdo educacional para que este seja melhor assimilado pelos alunos. O meio digital favorece este tipo de interação, por meio de vídeos, jogos, animações, apresentações interativas etc.

Como inserir a tecnologia na minha escola?

Existem medidas essenciais para inserir a Tecnologia Educacional de maneira relevante no dia a dia de sua instituição de ensino. Elencamos algumas delas a seguir:

Diagnóstico

Antes de mais nada, é preciso entender os alunos e professores da sua escola. Em que momentos eles estão conectados? A partir de quais dispositivos? Quais são as redes sociais em que estão presentes e os sites que acessam? Essa investigação é essencial caso sua instituição pretenda estabelecer uma conexão verdadeira com os seus públicos e propor usos significativos para a Tecnologia Educacional.

Documentos normativos

As possibilidades para o uso da TE, bem como o destaque da sua importância, devem estar previstas dentro do PPP e em outros documentos normativos da instituição de ensino.

Investimento

É importante relacionar tudo aquilo que a escola possui de suporte para o uso da tecnologia, para daí desenvolver planos reais sobre as práticas que podem ser adotadas. Essa relação também deixa claro aquilo que é preciso melhorar e o investimento que pode ser feito com esta finalidade.

Capacitação

De nada adiantam os recursos tecnológicos sem uma equipe de professores e profissionais capacitados para extrair deles as melhores práticas pedagógicas. Por isso, a formação dos educadores para a tecnologia é primordial.

Diálogo

Uma ação importante é estimular o diálogo e a troca de experiências entre as equipes. Os professores sentem-se mais seguros, dispostos e motivados a utilizar a tecnologia quando compartilham das experiências de seus pares.

Segurança

É preciso estimular o uso consciente e seguro dos recursos digitais, por parte tanto das equipes da escola quanto dos estudantes.

Atualização

A partir do momento em que o professor identifica uma prática ou rotina que poderia ser inovada com o uso da tecnologia, também é importante pensar na atualização dos planos de aula que irão nortear essas práticas.

Plano de Aula X tecnologia

A partir da modernização de espaços, ferramentas e práticas educacionais, profissionais da educação em todo o mundo estão trabalhando por uma transformação cada vez mais profunda e efetiva no processo de ensino e aprendizagem. Essa transformação é um processo nascido e desenvolvido dentro de cada espaço de aprendizagem, baseado em uma **mudança de hábitos e paradigmas** estabelecidos nas relações diárias entre alunos e professores. Não basta esperar que a transformação chegue até a sala de aula, ela precisa ter um ponto de partida dentro do ambiente escolar. Que tal ser um agente dessa mudança na sua escola, começando pelo plano de aula?